

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDAS DIVERSAS (DOD-D) - SERVIÇOS

Atenção: todos os itens são de preenchimento obrigatório

Data: [1]	26/03/2020
Número do PROAD aberto	7645/2020
Área Demandante: [2]	Coordenadoria de Manutenção e Coordenadoria de Projetos e obras
Área Requisitante:	Seção de Máquinas e Hidráulica

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO [3]

- Integrante Demandante: [4]	Maria Aparecida G D Leoncini / Flavio Roberto O Cabral		
- Integrante Técnico: [5]	Leandro Amado de Moura / José Henrique Lopes		
- Integrante Administrativo:	Titular:	Edvilton Bergamasco Fontes Galante	Suplente
			Douglas Suetsugo Mitsuse

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses	
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular	
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Outra justificativa:	Tendo em vista orçamento disponibilizado para esses serviços no exercício de 2020.

CONTRATAÇÃO É URGENTE

Data para início dos serviços: [6]	Imediatamente após contratação.
------------------------------------	---------------------------------

Catálogo (CATMAT/CATSER) (Para preenchimento deste item, os integrantes administrativos irão auxiliar) <https://siasgnet-consultas.siasgnet.esteleiro.serpro.gov.br/siasgnet-catalogo/#/siasgnet-catalogo/search>

Item: 477 (GRUPO: Serviços de consultoria e de gerência, gestão. Descrição: Ar condicionado - estudos e projetos de sistema).

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)

OBS: caso a descrição for muito longa ou com tabelas, deve ser feita por meio de ANEXO que deverá ser mencionado no item 1.2 (Conforme Anexo X)

1.1 Descrição resumida do Objeto: [7]

Prestação de serviços de engenharia consultiva para elaboração de projeto de modernização do sistema de ar condicionado para o 1º pavimento e 2º pavimento do Edifício Sede Judicial do TRT da 15ª Região. [8]

1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de profissional responsável. [9]

1. DO OBJETO DETALHADO:

1.1. Prestação de serviços de engenharia consultiva de elaboração de projeto de modernização do sistema de ar condicionado para o 1º pavimento e 2º pavimento do Edifício Sede Judicial do TRT da 15ª Região. O projeto final contempla a modernização da central de água gelada para atender a refrigeração dos dois pavimentos (1º e 2º). O sistema de condicionamento de ar a ser projetado terá como objetivo proporcionar condições controladas de temperatura, umidade, renovação e qualidade do ar, adequadas ao perfeito funcionamento dos ambientes a serem climatizados. O projeto será desenvolvido de forma a obter uma solução moderna, devidamente integrada com os elementos arquitetônicos, que leve em consideração os custos de implantação e os custos energéticos operacionais.

1.2. A empresa contratada será responsável pelo desenvolvimento dos seguintes documentos técnicos, além de outros que entender pertinente:

- 1.2.1. Relatório da Situação Atual e Ante Projeto;
- 1.2.2. Projeto Executivo Completo;
- 1.2.3. Memorial Descritivo completo e cronograma para implantação da solução proposta;
- 1.2.4. Planilha Orçamentária.

1.3. A contratação se dará pela forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global.

[10]

2. PREMISSAS PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO:

2.1. O profissional legalmente habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) indicando todos os documentos elaborados, quais sejam: projeto executivo completo, memorial descritivo, orçamento sintético e analítico;

2.2. A empresa Contratada deverá, antes do início da elaboração dos documentos contratados, promover uma reunião com a equipe técnica do Tribunal para que se oriente sobre as particularidades do projeto bem como sejam apresentados os locais para os quais será desenvolvido o projeto;

2.3. Durante o desenvolvimento dos serviços e sempre que julgar necessário, a Contratada poderá solicitar outras reuniões com a equipe técnica do Tribunal;

2.4. Sem prejuízo das determinações tomadas em reunião, o Tribunal poderá solicitar por email ou contato telefônico informações e/ou alterações do projeto. Da mesma forma, a Contratada poderá dirimir dúvidas junto à Coordenadoria de Manutenção, também por e-mail ou contato telefônico;

2.5. O projeto executivo deverá ser encaminhado para análise e aprovação pelo(s) fiscal(is) técnico(s) ou gestor do contrato antes da finalização do mesmo e antes da finalização da planilha orçamentária, ainda, com prazo suficiente para análise pelo Tribunal e posterior desenvolvimento de todos os demais documentos decorrentes do projeto, considerando o prazo total para entrega;

2.6. Durante a execução da obra de implantação do projeto executivo da presente contratação, as alterações e correções decorrentes de falhas ou omissões de projeto serão sempre exigidas do responsável técnico. Se houver recusa ou omissão do responsável técnico em proceder as correções necessárias, este Tribunal poderá vir a contratar um terceiro profissional para sanar falhas ou omissões de projeto elaborado pela Contratada, devendo ser cobrado desta os custos decorrentes da nova contratação.

2.7. O autor do projeto concorda que, havendo interesse da Administração, outros profissionais efetuem alterações nos projetos apresentados e dados como concluídos pela Contratada, mesmo antes da execução. As alterações aqui referidas deverão ser ao menos de uma das seguintes naturezas: acréscimo ou supressão de elementos; aumento ou diminuição de capacidade de instalações ou estrutura; mudança de tecnologia utilizada; acréscimo de funções ou usos das instalações; alteração de demanda ou necessidade deste Tribunal; dentre outras.

2.8. Eventuais problemas verificados nos projetos durante a execução dos serviços necessários para implantação da solução proposta no projeto elaborado, bem como eventuais dúvidas serão apresentadas à Contratada responsável pelo projeto objeto da presente contratação, que se compromete a fornecer as informações necessárias ou a corrigir o projeto, conforme necessário, sem incorrer à novos custos para o Tribunal;

2.9. Todos os documentos apresentados pela Contratada deverão conter: identificação completo do autor do projeto contendo razão social, número de inscrição no CNPJ ou CPF, endereço e telefone para contato, nome, título profissional e número de registro no CREA (ou outro Conselho) do responsável técnico pelo projeto. Os documentos serão entregues em meio digital gravados em CD ou DVD e em duas vias impressas, contendo também a assinatura do responsável técnico pelo projeto, em todas as pranchas de desenho e na última página de cada documento escrito impresso, além de rubrica em todas as páginas; identificação do prédio do Tribunal com endereço completo; numeração de página ou prancha em todas as folhas; quantidade total de páginas ou pranchas em todas as folhas; quando se tratar de pranchas de desenho.

2.10. Os arquivos digitais contendo desenhos deverão ser entregues em formato *.dwg, AutoCad mínimo 2014, editável. Os desenhos deverão utilizar como unidade o metro. Deverão ser entregues também os arquivos de configuração de penas utilizado para a correta impressão dos desenhos; 1.4.2. Os arquivos digitais contendo documentos escritos deverão ser entregue no formato *.doc Microsoft Word, ou, no caso de planilhas de cálculo, em formato *.xls Microsoft Excel, todos documentos editáveis.

MARIA APARECIDA A GRULI DEBONI LEONCINI

FLAVIO ROBERTO OPUSCULO O CABRAL

LEANDRO AMADO DE MOURA

Justificativa	O sistema de central de água gelada para o primeiro e segundo pavimento do Edifício Sede Judiciária estão avariados, vários componentes estão afetados por corrosão, acarretando vazamentos frequentes e comprometendo sua eficiência. O sistema atual é refrigerado à água e a torre de resfriamento de fibra de vidro é antiga e está muito danificada e as tubulações estão oxidadas. Todo o sistema precisa ser revisto, seja para substituição de todos os componentes danificados mantendo o modelo de refrigeração atual, seja pela implementação de novo sistema de refrigeração. Em função da especificidade e complexidade, faz-se necessária a contratação de projeto junto às empresas especializadas para definição da solução adequada para que o sistema de refrigeração dos pavimentos funcione a contento.
---------------	---

Pode ser utilizada a planilha abaixo para especificar as soluções identificadas:			
Solução	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Descrição			
Vantagens			
Desvantagens			
Atende (Sim/Não)			

2.2 Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação) [13]	
Solução escolhida	Contratação de empresa de engenharia de ar condicionado para desenvolvimento de projeto de modernização da central de água gelada do primeiro e segundo pavimentos do Edifício Sede Judiciário.
Justificativa	O sistema de central de água gelada para o primeiro e segundo pavimento do Edifício Sede Judiciária estão avariados, vários componentes estão afetados por corrosão, acarretando vazamentos frequentes e comprometendo sua eficiência. O sistema atual é refrigerado à água e a torre de resfriamento de fibra de vidro é antiga e está muito danificada e as tubulações estão oxidadas. Todo o sistema precisa ser revisto, seja para substituição de todos os componentes danificados mantendo o modelo de refrigeração atual, seja pela implementação de novo sistema de refrigeração. Em função da especificidade e complexidade, faz-se necessária a contratação de projeto junto às empresas especializadas para definição da solução adequada para que o sistema de refrigeração dos pavimentos funcione a contento.
Valor estimado	R\$ 52.321,28 conforme planilha estimativa elaborada após consulta ao mercado, juntada no Doc 10.
Outros	Não se aplica.

2.2.1 Alinhamento Estratégico [14]	https://trt15.jus.br/sites/portal/files/roles/institucional/gestao-estrategica/Plano%20site%20revisado%20menor.pdf	Selecione abaixo:
Adequar constantemente as instalações físicas		

2.2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados) [15]	
<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input checked="" type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal
<input type="checkbox"/>	Outro benefício:

2.2.3 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado
A demanda prevista é igual à quantidade de serviço a ser contratado

2.2.4 Necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para viabilizar execução do serviço [16]	
<input checked="" type="checkbox"/>	Não há adequação a ser feita
<input type="checkbox"/>	Alteração de layout
<input type="checkbox"/>	Instalação elétrica
<input type="checkbox"/>	Instalação lógica
<input type="checkbox"/>	Instalação de divisória
<input type="checkbox"/>	Outra adequação:

2.2.5. Há algum impacto ambiental na contratação deste serviço
Não.

3. SUSTENTAÇÃO do CONTRATO [17]		
3.1 Selecione as opções abaixo para análise quanto à existência ou não de contrato: [18]		
<input checked="" type="checkbox"/>	Entrega integral ACIMA de 30 dias	Tem contrato
<input type="checkbox"/>	Obrigação futura, como, por exemplo, assistência técnica (EXCETO garantia do serviço ou fornecimento) ou por ser praxe de mercado a existência de contrato.	
TEM CONTRATO, preencha os itens abaixo:		

3.2 Recursos materiais e humanos necessários à continuidade do objeto contratado	
Não se aplica.	

3.3 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual	
<input checked="" type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível
Outra opção:	

3.4 Ações de transição contratual e de encerramento contratual [19]	
Recebimento e aprovação do projeto de modernização, ateste da execução do serviço.	
É necessário sobreposição contratual?	
Não	
3.4.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação	
Sim	
3.4.2. Devolução de recursos materiais	
Não	

4. ESTRATÉGIA para a CONTRATAÇÃO	
4.1 Natureza do objeto [20]	Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)
4.2 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos) [21]	

Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:	
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 2ª edição do CSJT: www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-6fcf316c9e8e&groupId=955023	

8. ARQUIVOS	
Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados? Sim. Se sim, anexá-los ou, ante a impossibilidade, indicar onde podem ser obtidos/baixados (PROAD, email...)	
Indicar anexo ou local em que pode ser baixado	Os arquivos serão anexados ao DOD no Proad, disponibilizados no drive e poderão ser encaminhado por email.
No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer: O Termo de Referência.	

9. VISTORIA / VISITA TÉCNICA	
Há previsão de vistoria/visita técnica? Facultativa	
	A vistoria será facultativa para a apresentação de propostas, contudo ressaltamos que este Tribunal não dispõe dos projetos das instalações atuais.
Se sim. Justificar: OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
9.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário): Coordenadoria de Projetos e Obras, Sr Flavio Roberto O Cabral - contato pelo email cpo.secadm@trt15.jus.br ((19)3231.9500 r 2204)	

10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)	
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.	
<input checked="" type="checkbox"/>	Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. devendo constar no(s) atestado(s) o atendimento à(s) seguinte(s) parcela(s): a) Elaboração de projeto de sistema de ar condicionado central, com capacidade mínima de 50 TR
<input checked="" type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional: Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou outro Conselho, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade
<input checked="" type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico). Apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou outro documento emitido por Conselho que tenha atribuição para o objeto em questão, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou outro, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, devendo constar no(s) atestado(s) o atendimento à(s) seguinte(s) parcela(s): a) Elaboração de projeto de sistema de ar condicionado central, com capacidade mínima de 50 TR
<input checked="" type="checkbox"/>	Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame. Caso a empresa vencedora tenha registro no CREA ou no CAU em seccional distinta do local da obra, é exigido o visto no respectivo conselho do Estado de São Paulo. 1. A licitante deverá apresentar Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual. 2. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração. 3. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente. 4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior. 5. Caso seja solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. 6. Caso a empresa vencedora tenha registro no CREA ou outro Conselho competente para o presente objeto, em seccional distinta do local da prestação dos serviços, será exigido o visto no respectivo Conselho do Estado de São Paulo ou o Conselho responsável por execução de serviços no Estado de São Paulo, no momento da assinatura do contrato pelo licitante vencedor.
Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.	

11. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?	
Sim	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	ABNT NBR 16401-2008; Portaria n 3.523 de 28/08/1998 do Ministério da Saúde, complementada pela Resolução n 9 de 16/01/2003 da ANVISA, que regulamenta os padrões a serem obedecidos para garantir a qualidade do ar em ambientes fechados.

12. GARANTIA	
12.1 Garantia do objeto Especificar o objeto, grupo a qual se refere e as especificações: Não se aplica	
Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.	
12.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais) A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de: 1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato; 2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e 3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.	
3% [30]	
Justificativa	Para cumprimento das obrigações contratuais.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

As obrigações a serem explicitadas devem ser em **relação ao objeto da contratação**, como, por exemplo:

- Para execução dos serviços, a empresa deverá fornecer todos materiais e equipamentos necessários a seus funcionários
- Os funcionários deverão estar uniformizados e identificados por meio de crachá
- A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de início dos serviços
- A empresa deverá fornecer nomes e dados documentais dos funcionários que executarão os serviços
- Ao final dos serviços, a empresa deverá fornecer relatório especificando serviços prestados com identificação do responsável e prazo de garantia
- Caso se verifique algum defeito ou falha no serviço prestado a empresa deverá providenciar o devido saneamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação da contratante.

Especificações:

13.1. Obrigações da Contratante (TRT)

O TRT se compromete a dar plena e fiel execução ao contrato a ser firmado, respeitando as condições estabelecidas e se obriga a:

1. proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do contrato, inclusive comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, eventual mudança de endereço para a entrega de correspondências;
2. permitir livre acesso dos profissionais a serviço da CONTRATADA às instalações do edifício sede Judicial do TRT;
3. efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento do objeto contratado recebido pela gestora do contrato, através do ateste da nota fiscal emitida pela contratada.

13.2. Obrigações da Contratada

1.A Contratada se compromete a dar plena e fiel execução à presente contratação e se obriga a:

- a) a apresentar nos prazos determinados, os documentos técnicos integrantes deste objeto;
- b) apresentar ao gestor do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início dos serviços, a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo CREA, ou documento emitido pelo Conselho competente do qual o profissional com atribuição para execução deste objeto faça parte, para cada projeto e documento elaborado, incluindo a planilha orçamentária;
- c) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas próprias expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;
- d) observar especialmente as condições de execução dos serviços, indicadas neste documento técnico;
- e) manter o TRT devidamente informado do andamento do desenvolvimento do projeto, comunicando eventuais dificuldades e ou problemas para que eles sejam sanados no menor espaço de tempo possível;
- f) comunicar ao gestor do contrato, por escrito, eventual alteração do responsável técnico pelo projeto e, na sua ocorrência, enviar junto da comunicação a comprovação de registro no Conselho competente perante o qual o novo responsável técnico seja vinculado, além dos documentos comprobatórios de atendimento ao item Qualificação Técnica do Edital;
- g) comunicar ao TRT, por escrito, no prazo de até 30 (trinta) dias, quaisquer alterações havidas no contrato social da empresa durante a vigência deste contrato, encaminhando, junto da comunicação, cópia do documento de formalização da respectiva alteração;
- h) não ceder ou transferir este contrato a terceiros, salvo nas hipóteses de transformação empresarial a que se refere a cláusula dezessete desde que previamente autorizada por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;
- i) entregar, no início da contratação, declaração concordando, a partir daquele momento, permitir que os projetos, após concluídos, possam ser alterados por outros profissionais, conforme a conveniência deste Tribunal;

14. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

Gestor do Contrato: [31]	Flavio Roberto O Cabral
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal): [32]	Maria Aparecida G D Leoncini

14.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

Conforme item 1.2.

14.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

O gestor do contrato encaminhará à Contratada autorização formal para início da execução dos serviços contratados.

14.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Não se aplica

14.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Coordenadoria de Manutenção
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	Coordenadoria de Manutenção
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input checked="" type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	Coordenadoria de Manutenção
<input type="checkbox"/>	Outra		

14.6 Forma de recebimento provisório e definitivo

O objeto desta contratação, executado em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, será recebido nas seguintes formas:

1. Provisoriamente, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, pelo gestor deste contrato, em até 03 (três) dias úteis após a conclusão dos serviços e aprovação pela equipe técnica do Tribunal, após a apresentação da nota fical/fatura; e
2. Definitivamente, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/1993, pela Comissão de Exame de Obras e Serviços do TRT, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório.

14.7 Forma de pagamento

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

14.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento

Indicador 1

Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

Indicador 2

Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	

Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
Indicador 3	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
14.9 Sanções	
1. O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total dos serviços entregues com atraso: a) até o 7º dia de atraso: multa única de 4% (quatro por cento); b) a partir do 8 dia de atraso: multa diária de 0,3% (três décimos por cento). 2. A Contratada poderá ser penalizada com aplicação de multa de até 10% sobre o valor total do contrato, mesmo durante a execução dos serviços, nos seguintes casos: a) falhas graves de quantitativos ou omissões de serviços na planilha de orçamento; b) ausência de detalhamentos e/ou ausência de detalhamentos que impliquem acréscimo de quantitativos e/ou serviços na planilha de orçamento; c) falhas graves que possam comprometer o processo licitatório; 3. Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita; 4. O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa de 2% (dois por cento), calculado sobre o valor total deste contrato, por evento; 5. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro. 6. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT. 7. A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/1993, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993. 8. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.	

14.10 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)			
O julgamento se dará pela proposta por preço global, em R\$, mas as empresas deverão apresentar custos individualizados por grupo de projeto/documento a serem executados			
1. Relatório da Situação Atual e Anteprojeto			
2. Projeto Executivo Completo			
3. Memorial Descritivo e Cronograma			
4. Planilha Orçamentária			

15. ANÁLISE de RISCOS (deverão ser preenchidos os Riscos do Serviço - Item 15.2)			
15.1 Riscos do Processo de Contratação:			

Risco 1	Impugnação durante o processo de licitação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Atrasos na contratação		
Ação Preventiva			Responsável
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei.			Gestor
Ação de Contingência			Responsável
Alteração do edital se pertinente e/ou caso haja contrato, renovação excepcional deste.			Gestor e Coord. Licitações e Contratos.

Risco 2	Falta de orçamento para concluir a contratação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva			Responsável
Previsão no Plano de Contratações			Gestor
Ação de Contingência			Responsável
Renovação excepcional do contrato em vigência ou verificação de outra dotação que possa ser deslocado o valor para esta contratação.			Gestor

Risco 3	Licitação fracassada ou deserta		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Inviabilizar a contratação		
Ação Preventiva			Responsável
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei. Consulta aos fornecedores qualificados para adequação das características técnicas de forma a ampliar a concorrência.			Gestor
Ação de Contingência			Responsável
Renovação excepcional do contrato em vigência ou reedição de nova licitação			Gestor

Risco 4	Atraso na licitação		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva			Responsável
Início do DOD com antecedência			Equipe de planejamento da contratação
Ação de Contingência			Responsável
Renovação excepcional do contrato em vigência			Gestor

15.2 Riscos do Objeto:			
Risco 1 [33]	Projeto inadequado para atendimento da necessidade indicada no objeto.		
Probabilidade [34]	Baixa	Impacto	Alto
Dano	Projeto inadequado para execução.		
Ação Preventiva [35]			Responsável [36]
Refazimento do projeto.			Gestora do contrato.
Ação de Contingência			Responsável
Cancelamento do contrato entre TRT e contratada. [37]			Gestora do contrato e Secretaria Administrativa.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	
Contratação é viável?	
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

Data:	26/03/2020			
Integrante Demandante:	Maria Aparecida G D Leoncini / Flavio Roberto O Cabral			
Integrante Técnico:	Leandro Amado de Moura / José Henrique Lopes			
- Integrante Administrativo:	Titular:	Edvilton Bergamasco Fontes Galante	Suplente	Douglas Suetsugo Mitsuse

ANEXO
TERMO DE REFERÊNCIA – Parte 1

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)
1.1 Descrição resumida do Objeto: Prestação de serviços de engenharia consultiva para elaboração de projeto de modernização do sistema de ar condicionado para o 1º pavimento e 2º pavimento do Edifício Sede Judicial do TRT da 15ª Região.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de técnico responsável.
1. DO OBJETO DETALHADO: 1.1. Prestação de serviços de engenharia consultiva de elaboração de projeto de modernização do sistema de ar condicionado para o 1º pavimento e 2º pavimento do Edifício Sede Judicial do TRT da 15ª Região. O projeto final contempla a modernização da central de água gelada para atender a refrigeração dos dois pavimentos (1º e 2º). O sistema de condicionamento de ar a ser projetado terá como objetivo proporcionar condições controladas de temperatura, umidade, renovação e qualidade do ar, adequadas ao perfeito funcionamento dos ambientes a serem climatizados. O projeto será desenvolvido de forma a obter uma solução moderna, devidamente integrada com os elementos arquitetônicos, que leve em consideração os custos de implantação e os custos energéticos operacionais. 1.2. A empresa contratada será responsável pelo desenvolvimento dos seguintes documentos técnicos, além de outros que entender pertinente: 1.2.1. Relatório da Situação Atual e Ante Projeto; 1.2.2. Projeto Executivo Completo; 1.2.3. Memorial Descritivo completo e cronograma para implantação da solução proposta; 1.2.4. Planilha Orçamentária. 1.3. A contratação se dará pela forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global. 2. PREMISSAS PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO: 2.1. O profissional legalmente habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) indicando todos os documentos elaborados, quais sejam: projeto executivo completo, memorial descritivo, orçamento sintético e analítico; 2.2. A empresa Contratada deverá, antes do início da elaboração dos documentos contratados, promover uma reunião com a equipe técnica do Tribunal para que se oriente sobre as particularidades do projeto bem como sejam apresentados os locais para os quais será desenvolvido o projeto; 2.3. Durante o desenvolvimento dos serviços e sempre que julgar necessário, a Contratada poderá solicitar outras reuniões com a equipe técnica do Tribunal; 2.4. Sem prejuízo das determinações tomadas em reunião, o Tribunal poderá solicitar por email ou contato telefônico informações e/ou alterações do projeto. Da mesma forma, a Contratada poderá dirimir dúvidas junto à Coordenadoria de Manutenção, também por e-mail ou contato telefônico; 2.5. O projeto executivo deverá ser encaminhado para análise e aprovação pelo(s) fiscal(is) técnico(s) ou gestor do contrato antes da finalização do mesmo e antes da finalização da planilha orçamentária, ainda, com prazo suficiente para análise pelo Tribunal e posterior desenvolvimento de todos os demais documentos decorrentes do projeto, considerando o prazo total para entrega; 2.6. Durante a execução da obra de implantação do projeto executivo da presente contratação, as alterações e correções decorrentes de falhas ou omissões de projeto serão sempre exigidas do responsável técnico. Se houver recusa ou omissão do responsável técnico em proceder as correções necessárias, este Tribunal poderá vir a contratar um terceiro profissional para sanar falhas ou omissões de projeto elaborado pela Contratada, devendo ser cobrado desta os custos decorrentes da nova contratação. 2.7. O autor do projeto concorda que, havendo interesse da Administração, outros profissionais efetuem alterações nos projetos apresentados e dados como concluídos pela Contratada, mesmo antes da execução. As alterações aqui referidas deverão ser ao menos de uma das seguintes naturezas: acréscimo ou supressão de elementos; aumento ou diminuição de capacidade de instalações ou estrutura; mudança de tecnologia utilizada; acréscimo de funções ou usos das instalações; alteração de demanda ou necessidade deste Tribunal; dentre outras. 2.8. Eventuais problemas verificados nos projetos durante a execução dos serviços necessários para implantação da solução proposta no projeto elaborado, bem como eventuais dúvidas serão apresentadas à Contratada responsável pelo projeto objeto da presente contratação, que se compromete a fornecer as informações necessárias ou a corrigir o projeto, conforme necessário, sem incorrer à novos custos para o Tribunal; 2.9. Todos os documentos apresentados pela Contratada deverão conter: identificação completo do autor do projeto contendo razão social, número de inscrição no CNPJ ou CPF, endereço e telefone para contato, nome, título profissional e número de registro no CREA (ou outro Conselho) do responsável técnico pelo projeto. Os documentos serão entregues em meio digital gravados em CD ou DVD e em duas vias impressas, contendo também a assinatura do responsável técnico pelo projeto, em todas as pranchas de desenho e na última página de cada documento escrito impresso, além de rubrica em todas as páginas; identificação do prédio do Tribunal com endereço completo; numeração de página ou prancha em todas as folhas; quantidade total de páginas ou pranchas em todas as folhas; quando se tratar de pranchas de desenho. 2.10. Os arquivos digitais contendo desenhos deverão ser entregues em formato *.dwg, AutoCad mínimo 2014, editável. Os desenhos deverão utilizar como unidade o metro. Deverão ser entregues também os arquivos de configuração de penas utilizado para a correta impressão dos desenhos; 1.4.2. Os arquivos digitais contendo documentos escritos deverão ser entregue no formato *.doc Microsoft Word, ou, no caso de planilhas de cálculo, em formato *.xls Microsoft Excel, todos documentos editáveis. 3. DO DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO CONTRATADO: 3.1. DO RELATÓRIO DA SITUAÇÃO ATUAL E DO ANTE PROJETO: 3.1.1. A Contratada deverá apresentar o Relatório da Situação Atual, após vistoria e levantamento das instalações existentes, descrevendo o sistema instalado atualmente no prédio, seus componentes e detalhando o estado de conservação e funcionamento do mesmo. Posteriormente, deverá apresentar as soluções indicadas para obtenção da melhor eficiência no sistema de refrigeração do 1º pavimento e 2º pavimento do Edifício Sede Judicial do TRT da 15ª Região. Para tal deverá definir a pertinência de utilização da CAG existente ou indicar a sua substituição. 3.1.2. O ante projeto deverá conter no mínimo: a) Relatório da Situação Atual do sistema instalado; b) Descrição das soluções propostas, apresentando croquis, equipamentos componentes, demanda energética, logística envolvida para manutenção/substituição do sistema existente e custo aproximado para implantação dos sistemas, de modo a amparar a decisão sobre a escolha da solução técnica mais adequada e indicação inicial das etapas para execução do projeto a ser desenvolvido; c) Análise do peso dos equipamentos frente à capacidade de carga das lajes do prédio, visto que, o Tribunal deverá contratar o engenheiro responsável pelo cálculo estrutural do prédio para verificar a possibilidade de instalação de novos equipamentos; d) Croqui indicando o posicionamento dos novos equipamentos e eventuais intervenções civis necessárias.

a) Todos os elementos gráficos necessários para detalhar o sistema a ser implementado; representado em plantas baixas, cortes; detalhamento dos componentes do sistema, indicando posicionamento e dimensões dos mesmos; aspectos construtivos relevantes; dentre outros detalhes pertinentes;

b) Lançamento de linhas de refrigeração, posicionamento de unidades evaporadoras, renovação mecânica do ar, método de controle e operação do sistema;

b) Apresentação de catálogos técnicos dos equipamentos propostos;

c) Detalhamento de eventuais interferências entre os equipamentos e as instalações do prédio, bem como eventuais alterações civis necessárias;

d) Detalhamento de todos os pontos de energia elétrica com indicação das demandas dos equipamentos, detalhamento dos pontos de abastecimento de água, se necessário;

c) Procedimentos de comissionamento;

d) Descrição detalhada do sistema a ser instalado, detalhando equipamentos e demais componentes; todos os materiais envolvidos e montagens;

e) Descrição detalhada de eventuais interferências com as instalações atuais do prédio e detalhamento de eventuais intervenções civis;

f) Descrição da logística a ser implementada para execução da solução técnica proposta, detalhando e prevendo transporte externo e interno para equipamentos e componentes;

g) Descrição dos encargos e responsabilidade da empresa a ser contratada pelo Tribunal para execução do projeto desenvolvido pela Contratada;

h) Definição das etapas para implementação da solução indicada, indicadas em Cronograma de barras.

3.4.6. Deverá ser efetuada uma planilha analítica, contendo todas as composições de custo dos serviços constantes da planilha orçamentária sintética (detalhada acima);

3.4.7. Deverá ser apresentada a composição do BDI - Bonificação e Despesas Indiretas aplicada na planilha. A taxa de BDI aplicada sobre o custo direto total da obra contemplará basicamente os itens: a) taxa de rateio da administração central; b) taxa das despesas indiretas; c) taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; d) taxa de tributos (Cofins, PIS e ISS) – a empresa deve consultar o valor da alíquota do BDI no município em questão; e) margem ou lucro;

3.4.8. Deverá ser apresentada a composição das parcelas das Leis Sociais aplicadas nas composições de custos da planilha orçamentária.

4.4. O preço total deverá englobar todos os custos da contratada, como gastos com vistorias, impressão de documentos, cópias, etc, sendo que o TRT não arcará com nenhum custo extra.

5.6. Será concedido um prazo de cinco dias úteis, improrrogáveis, para correções que se observarem necessárias após a entrega final do projeto completo.

6.1. O pagamento desta contratação será feita após a entrega de todos os documentos contratados e no momento em que não houver mais correções a serem executadas, bem como após a entrega dos documentos originais e assinados pelo responsável técnico e dos arquivos em mídia digital.

[illegible]

Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

Outro	O prazo para conclusão dos projetos será de 55 (cinquenta e cinco) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato, acrescidos de cinco dias úteis, improrrogáveis, para correções eventualmente necessárias após a entrega final do projeto completo. Indicamos vigência contratual de 150 dias.
-------	---

Não se aplica

Endereço				Horário		Dias da semana/Outro		Agendamento, indicar nome, telefone/ramal	
Outros:									

Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)

Solução escolhida		Contratação de empresa de engenharia de ar condicionado para desenvolvimento de projeto de modernização da central de água gelada do primeiro e segundo pavimentos do Edifício Sede Judiciário.
Justificativa		O sistema de central de água gelada para o primeiro e segundo pavimento do Edifício Sede Judiciária estão avariados, vários componentes estão afetados por corrosão, acarretando vazamentos frequentes e comprometendo sua eficiência. O sistema atual é refrigerado à água e a torre de resfriamento de fibra de vidro é antiga e está muito danificada e as tubulações estão oxidadas. Todo o sistema precisa ser revisto, seja para substituição de todos os componentes danificados mantendo o modelo de refrigeração atual, seja pela implementação de novo sistema de refrigeração. Em função da especificidade e complexidade, faz-se necessária a contratação de projeto junto às empresas especializadas para definição da solução adequada para que o sistema de refrigeração dos pavimentos funcione a contento.
Valor estimado		R\$ 52.321,28 conforme planilha estimativa elaborada após consulta ao mercado, juntada no Doc 10.
Outros		Não se aplica.

Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)

<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input checked="" type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal
<input type="checkbox"/>	Outro benefício:

2.3 Alinhamento Estratégico [. \(http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020\)](http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020)

Adequar constantemente as instalações físicas

2.4 Referência aos Estudos Preliminares

7645/2020

2.5 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado

A demanda prevista é igual à quantidade de serviço a ser contratado

2.6 Natureza do objeto

Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

2.7 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)

<input type="checkbox"/>	Divisão em grupos para maior competitividade, economicidade		
<input type="checkbox"/>	Grupo com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	Trata-se de único projeto de modernização
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

2.8 Impacto ambiental

Não.

3. GESTÃO DO CONTRATO

3.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

Gestor do Contrato:	Flavio Roberto O Cabral
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Maria Aparecida G D Leoncini

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO MERCADO

Catálogo (CATMAT/CATSER)

Item: 477 (GRUPO: Serviços de consultoria e de gerência, gestão. Descrição: Ar condicionado - estudos e projetos de sistema).

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)

1.1 Descrição resumida do Objeto:

Prestação de serviços de engenharia consultiva para elaboração de projeto de modernização do sistema de ar condicionado para o 1º pavimento e 2º pavimento do Edifício Sede Judicial do TRT da 15ª Região.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto

1. DO OBJETO DETALHADO:

1.1. Prestação de serviços de engenharia consultiva de elaboração de projeto de modernização do sistema de ar condicionado para o 1º pavimento e 2º pavimento do Edifício Sede Judicial do TRT da 15ª Região. O projeto final contempla a modernização da central de água gelada para atender a refrigeração dos dois pavimentos (1º e 2º). O sistema de condicionamento de ar a ser projetado terá como objetivo proporcionar condições controladas de temperatura, umidade, renovação e qualidade do ar, adequadas ao perfeito funcionamento dos ambientes a serem climatizados. O projeto será desenvolvido de forma a obter uma solução moderna, devidamente integrada com os elementos arquitetônicos, que leve em consideração os custos de implantação e os custos energéticos operacionais.

1.2. A empresa contratada será responsável pelo desenvolvimento dos seguintes documentos técnicos, além de outros que entender pertinente:

- 1.2.1. Relatório da Situação Atual e Ante Projeto;
- 1.2.2. Projeto Executivo Completo;
- 1.2.3. Memorial Descritivo completo e cronograma para implantação da solução proposta;
- 1.2.4. Planilha Orçamentária.

1.3. A contratação se dará pela forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global.

2. PREMISSAS PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO:

- 2.1. O profissional legalmente habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) indicando todos os documentos elaborados, quais sejam: projeto executivo completo, memorial descritivo, orçamento sintético e analítico;
- 2.2. A empresa Contratada deverá, antes do início da elaboração dos documentos contratados, promover uma reunião com a equipe técnica do Tribunal para que se oriente sobre as particularidades do projeto bem como sejam apresentados os locais para os quais será desenvolvido o projeto;
- 2.3. Durante o desenvolvimento dos serviços e sempre que julgar necessário, a Contratada poderá solicitar outras reuniões com a equipe técnica do Tribunal;
- 2.4. Sem prejuízo das determinações tomadas em reunião, o Tribunal poderá solicitar por email ou contato telefônico informações e/ou alterações do projeto. Da mesma forma, a Contratada poderá dirimir dúvidas junto à Coordenadoria de Manutenção, também por e-mail ou contato telefônico;
- 2.5. O projeto executivo deverá ser encaminhado para análise e aprovação pelo(s) fiscal(is) técnico(s) ou gestor do contrato antes da finalização do mesmo e antes da finalização da planilha orçamentária, ainda, com prazo suficiente para análise pelo Tribunal e posterior desenvolvimento de todos os demais documentos decorrentes do projeto, considerando o prazo total para entrega;
- 2.6. Durante a execução da obra de implantação do projeto executivo da presente contratação, as alterações e correções decorrentes de falhas ou omissões de projeto serão sempre exigidas do responsável técnico. Se houver recusa ou omissão do responsável técnico em proceder as correções necessárias, este Tribunal poderá vir a contratar um terceiro profissional para sanar falhas ou omissões de projeto elaborado pela Contratada, devendo ser cobrado desta os custos decorrentes da nova contratação.
- 2.7. O autor do projeto concorda que, havendo interesse da Administração, outros profissionais efetuem alterações nos projetos apresentados e dados como concluídos pela Contratada, mesmo antes da execução. As alterações aqui referidas deverão ser ao menos de uma das seguintes naturezas: acréscimo ou supressão de elementos; aumento ou diminuição de capacidade de instalações ou estrutura; mudança de tecnologia utilizada; acréscimo de funções ou usos das instalações; alteração de demanda ou necessidade deste Tribunal; dentre outras.

<p>2.8. Eventuais problemas verificados nos projetos durante a execução dos serviços necessários para implantação da solução proposta no projeto elaborado, bem como eventuais dúvidas serão apresentadas à Contratada responsável pelo projeto objeto da presente contratação, que se compromete a fornecer as informações necessárias ou a corrigir o projeto, conforme necessário, sem incorrer à novos custos para o Tribunal;</p> <p>2.9. Todos os documentos apresentados pela Contratada deverão conter: identificação completo do autor do projeto contendo razão social, número de inscrição no CNPJ ou CPF, endereço e telefone para contato, nome, título profissional e número de registro no CREA (ou outro Conselho) do responsável técnico pelo projeto. Os documentos serão entregues em meio digital gravados em CD ou DVD e em duas vias impressas, contendo também a assinatura do responsável técnico pelo projeto, em todas as pranchas de desenho e na última página de cada documento escrito impresso, além de rubrica em todas as páginas; identificação do prédio do Tribunal com endereço completo; numeração de página ou prancha em todas as folhas; quantidade total de páginas ou pranchas em todas as folhas; quando se tratar de pranchas de desenho.</p> <p>2.10. Os arquivos digitais contendo desenhos deverão ser entregues em formato *.dwg, AutoCad mínimo 2014, editável. Os desenhos deverão utilizar como unidade o metro. Deverão ser entregues também os arquivos de configuração de penas utilizado para a correta impressão dos desenhos; 1.4.2. Os arquivos digitais contendo documentos escritos deverão ser entregue no formato *.doc Microsoft Word, ou, no caso de planilhas de cálculo, em formato *.xls Microsoft Excel, todos documentos editáveis.</p>	
<p>3. DO DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO CONTRATADO:</p>	
<p>3.1. DO RELATÓRIO DA SITUAÇÃO ATUAL E DO ANTE PROJETO:</p> <p>3.1.1. A Contratada deverá apresentar o Relatório da Situação Atual, após vistoria e levantamento das instalações existentes, descrevendo o sistema instalado atualmente no prédio, seus componentes e detalhando o estado de conservação e funcionamento do mesmo. Posteriormente, deverá apresentar as soluções indicadas para obtenção da melhor eficiência no sistema de refrigeração do 1º pavimento e 2º pavimento do Edifício Sede Judicial do TRT da 15ª Região. Para tal deverá definir a pertinência de utilização da CAG existente ou indicar a sua substituição.</p> <p>3.1.2. O ante projeto deverá conter no mínimo:</p> <p>a) Relatório da Situação Atual do sistema instalado;</p> <p>b) Descrição das soluções propostas, apresentando croquis, equipamentos componentes, demanda energética, logística envolvida para manutenção/substituição do sistema existente e custo aproximado para implantação dos sistemas, de modo a amparar a decisão sobre a escolha da solução técnica mais adequada e indicação inicial das etapas para execução do projeto a ser desenvolvido;</p> <p>c) Análise do peso dos equipamentos frente à capacidade de carga das lajes do prédio, visto que, o Tribunal deverá contratar o engenheiro responsável pelo cálculo estrutural do prédio para verificar a possibilidade de instalação de novos equipamentos;</p> <p>d) Croqui indicando o posicionamento dos novos equipamentos e eventuais intervenções civis necessárias.</p>	
<p>3.2. DO PROJETO EXECUTIVO:</p> <p>3.2.1. A Contratada deverá executar o projeto executivo completo, que se define com o conjunto de todos os elementos gráficos necessários e suficientes, complementados por textos técnicos que definem a solução técnica a ser adotada;</p> <p>3.2.2. O projeto executivo deverá conter, no mínimo:</p> <p>a) Todos os elementos gráficos necessários para detalhar o sistema a ser implementado; representado em plantas baixas, cortes; detalhamento dos componentes do sistema, indicando posicionamento e dimensões dos mesmos; aspectos construtivos relevantes; dentre outros detalhes pertinentes;</p> <p>b) Lançamento de linhas de refrigeração, posicionamento de unidades evaporadoras, renovação mecânica do ar, método de controle e operação do sistema;</p> <p>c) Apresentação de catálogos técnicos dos equipamentos propostos;</p> <p>d) Detalhamento de eventuais interferências entre os equipamentos e as instalações do prédio, bem como eventuais alterações civis necessárias;</p> <p>e) Detalhamento de todos os pontos de energia elétrica com indicação das demandas dos equipamentos, detalhamento dos pontos de abastecimento de água, se necessário;</p>	
<p>3.3. DO MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA</p> <p>3.3.1. A Contratada deverá elaborar Memorial Descritivo completo e Cronograma para implantação da proposta indicada. O documento deverá conter todas as informações necessárias e suficientes para a apresentação do Projeto Executivo desenvolvido, contendo no mínimo:</p> <p>a) Memória de cálculo de carga térmica e bases de cálculo;</p> <p>b) Premissas e limitações que nortearam a escolha da solução proposta;</p> <p>c) Procedimentos de comissionamento;</p> <p>d) Descrição detalhada do sistema a ser instalado, detalhando equipamentos e demais componentes; todos os materiais envolvidos e montagens;</p> <p>e) Descrição detalhada de eventuais interferências com as instalações atuais do prédio e detalhamento de eventuais intervenções civis;</p> <p>f) Descrição da logística a ser implementada para execução da solução técnica proposta, detalhando e prevendo transporte externo e interno para equipamentos e componentes;</p> <p>g) Descrição dos encargos e responsabilidade da empresa a ser contratada pelo Tribunal para execução do projeto desenvolvido pela Contratada;</p> <p>h) Definição das etapas para implementação da solução indicada, indicadas em Cronograma de barras.</p>	
<p>3.4. DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA E ANALÍTICA</p> <p>3.4.1. A Contratada deverá elaborar planilha orçamentária detalhando os custos de todos os serviços e materiais a serem empregados para implantação da solução apresentada, além de apresentar as composições de custos para os itens da planilha orçamentária, além do cálculo do BDI;</p> <p>3.4.2. O custo dos materiais e serviços será obtido a partir de custos unitários iguais ou menores que a mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado na internet pela Caixa Econômica Federal;</p> <p>3.4.3. O responsável técnico pela planilha orçamentária deverá apresentar declaração expressa quanto à compatibilidade dos quantitativos e custos da planilha com os quantitativos do projeto e do SINAPI;</p> <p>3.4.4. Não havendo o serviço cotado no sistema SINAPI, a empresa poderá utilizar outros sistemas, de preferência de órgãos públicos da esfera federal. Na falta destes poderão ser utilizados sistemas utilizados no mercado como o CPOS (Companhia Paulista de Obras e Serviços), FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação, do Estado de São Paulo), PINI, entre outros. Ainda na falta de qualquer tipo de sistema de coleta de preços a empresa contratada deverá efetuar cotação no mercado para o item (três cotações) e com o item cotado, elaborar a composição do serviço, utilizando as composições de serviços do SINAPI para serviços similares. Indicar no final da planilha todas as fontes de pesquisa de preços de todos os materiais cotados no mercado;</p> <p>3.4.5. A planilha deverá apresentar no mínimo as seguintes colunas: número de ordem do item, código SINAPI, outras fontes, descrição do item (serviço), unidade, quantidade, preço unitário do item (serviço), preço total do item (serviço). Ao final da planilha, deverão ser apresentados o subtotal para os serviços, parcela de BDI (percentual e valores em reais) e total da implantação do projeto elaborado;</p> <p>3.4.6. Deverá ser efetuada uma planilha analítica, contendo todas as composições de custo dos serviços constantes da planilha orçamentária sintética (detalhada acima);</p> <p>3.4.7. Deverá ser apresentada a composição do BDI - Bonificação e Despesas Indiretas aplicada na planilha. A taxa de BDI aplicada sobre o custo direto total da obra contemplará basicamente os itens: a) taxa de rateio da administração central; b) taxa das despesas indiretas; c) taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; d) taxa de tributos (Cofins, PIS e ISS) – a empresa deve consultar o valor da alíquota do BDI no município em questão; e) margem ou lucro;</p> <p>3.4.8. Deverá ser apresentada a composição das parcelas das Leis Sociais aplicadas nas composições de custos da planilha orçamentária.</p>	
<p>4. DAS PROPOSTAS</p> <p>4.1. Os licitantes deverão apresentar sua proposta indicando os valores unitários de cada um dos projetos aqui descritos, totalizando no final;</p> <p>4.2. Eventuais dúvidas ou discordâncias referentes ao presente Termo de Referência deverão ser remetidas à Comissão Permanente de Licitações deste Tribunal;</p> <p>4.3. Os esclarecimentos deverão ser feitos antes da apresentação da proposta, não se admitindo durante a execução do contrato que o vencedor alegue desconhecimento ou dificuldade de compreensão sobre algum serviço especificado, orçado ou desenhado;</p> <p>4.4. O preço total deverá englobar todos os custos da contratada, como gastos com vistorias, impressão de documentos, cópias, etc, sendo que o TRT não arcará com nenhum custo extra.</p>	
<p>5. DOS PRAZOS:</p> <p>5.1. O prazo para a execução dos serviços é de 55 (cinquenta e cinco) dias corridos a partir da autorização formal de início a ser emitida pelo gestor do contrato;</p> <p>5.2. A ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) deverá ser apresentada, devidamente recolhida, em até 10 dias corridos a partir da autorização formal de início;</p> <p>5.3. A contratada deverá apresentar o anteprojeto em até 20 dias corridos contados da autorização de início a ser emitida pelo gestor do contrato;</p> <p>5.4. A contratada deverá apresentar uma prévia do projeto executivo completo, para análise preliminar pela área técnica do Tribunal em até 35 dias corridos do início do contrato;</p> <p>5.5. A Contratante terá prazo de 4 dias úteis para análise e aprovação dos documentos apresentados pela Contratada, sendo que estes prazos estão compreendidos no prazo máximo estipulado para o desenvolvimento completo do objeto contratado;</p> <p>5.6. Será concedido um prazo de cinco dias úteis, improrrogáveis, para correções que se observarem necessárias após a entrega final do projeto completo.</p>	
<p>6. DO PAGAMENTO:</p> <p>6.1. O pagamento desta contratação será feita após a entrega de todos os documentos contratados e no momento em que não houver mais correções a serem executadas, bem como após a entrega dos documentos originais e assinados pelo responsável técnico e dos arquivos em mídia digital.</p>	

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado.	
Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)	
O prazo para conclusão dos projetos será de 55 (cinquenta e cinco) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato, acrescidos de cinco dias úteis, improrrogáveis, para correções eventualmente necessárias após a entrega final do projeto completo. Indicamos vigência contratual de 150 dias.	
Outro	

1.4 Local e horário da prestação dos serviços			
Não se aplica			
Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Outros:			

2. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO	
2.1 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas	
Pregão eletrônico	
2.2 Forma de julgamento:	
Menor preço	

2.3 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)
Por grupo, critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço

2.4 É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?	
Não	
Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.	
2.4.1 Fundamentação para a opção por SRP:	
Não se aplica	
2.4.2 Histórico de consumo:	
Não se aplica	
2.4.3 Estimativa de consumo:	
Não se aplica	
2.4.4 Quantidade para Consumo Imediato:	
Não se aplica	
2.4.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:	
Não se aplica	
2.4.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:	
Não se aplica	
2.4.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?	
Não se aplica	

3. REQUISITOS TÉCNICO-LEGAIS DA CONTRATAÇÃO			
3.1. Há critérios de sustentabilidade a serem observados?			
Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
1	1	5.3.4. Nos Projetos de Climatização	a) Uso de equipamentos de climatização mecânica ou de novas tecnologias de resfriamento do ar que permitam a automação do sistema, de forma a possibilitar a setorização adequada dos ambientes climatizados. b) Instalação de aparelhos condicionadores de ar adquiridos em conformidade com os critérios constantes no item 5.1.4 (Máquinas e Aparelhos Consumidores de Energia).
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 2ª edição do CSJT: www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-6fcf316c9e8e&groupId=955023			

3.2 ARQUIVOS	
Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?	
Sim. Se sim, anexá-los ou, ante a impossibilidade, indicar onde podem ser obtidos/baixados (PROAD, email...)	
Indicar anexo ou local em que pode ser baixado	Os arquivos serão anexados ao DOD no Proad, disponibilizados no drive e poderão ser encaminhado por email.
No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:	
O Termo de Referência.	

3.3 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.

<input checked="" type="checkbox"/>	Operacional:	Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. devendo constar no(s) atestado(s) o atendimento à(s) seguinte(s) parcela(s): a) Elaboração de projeto de sistema de ar condicionado central, com capacidade mínima de 50 TR
<input checked="" type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional:	Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou outro Conselho, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade
<input checked="" type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).	Apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou outro documento emitido por Conselho que tenha atribuição para o objeto em questão, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou outro, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, devendo constar no(s) atestado(s) o atendimento à(s) seguinte(s) parcela(s): a) Elaboração de projeto de sistema de ar condicionado central, com capacidade mínima de 50 TR
<input checked="" type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.	Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame. Caso a empresa vencedora tenha registro no CREA ou no CAU em seccional distinta do local da obra, é exigido o visto no respectivo conselho do Estado de São Paulo. 1. A licitante deverá apresentar Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual. 2. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração. 3. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente. 4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior. 5. Caso seja solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. 6. Caso a empresa vencedora tenha registro no CREA ou outro Conselho competente para o presente objeto, em seccional distinta do local da prestação dos serviços, será exigido o visto no respectivo Conselho do Estado de São Paulo ou o Conselho responsável por execução de serviços no Estado de São Paulo, no momento da assinatura do contrato pelo licitante vencedor.

3.4 HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?	
Sim	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	ABNT NBR 16401-2008; Portaria n 3.523 de 28/08/1998 do Ministério da Saúde, complementada pela Resolução n 9 de 16/01/2003 da ANVISA, que regulamenta os padrões a serem obedecidos para garantir a qualidade do ar em ambientes fechados.

4. VISTORIA / VISITA TÉCNICA	
Há previsão de vistoria/visita técnica?	
Facultativa	
	A vistoria será facultativa para a apresentação de propostas, contudo ressaltamos que este Tribunal não dispõe dos projetos das instalações atuais.
Se sim. Justificar:	
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
4.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):	
Coordenadoria de Projetos e Obras, Sr Flavio Roberto O Cabral - contato pelo email cpo.secadm@trt15.jus.br ((19)3231.9500 r 2204)	

5. PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
Imediatamente após contratação.

6. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS			
Não se aplica			
Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Outros:			

7. GARANTIA	
7.1 Garantia do objeto	
Especificar o objeto e a qual grupo se refere:	
Não se aplica	
Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.	
7.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)	
A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:	
1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;	
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e	
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.	
3%	
Justificativa	Para cumprimento das obrigações contratuais.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA	
Especificações:	
8.1. Obrigações da Contratante (TRT)	
O TRT se compromete a dar plena e fiel execução ao contrato a ser firmado, respeitando as condições estabelecidas e se obriga a:	
1. proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do contrato, inclusive comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, eventual mudança de endereço para a entrega de correspondências;	
2. permitir livre acesso dos profissionais a serviço da CONTRATADA às instalações do edifício sede Judicial do TRT;	
3. efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento do objeto contratado recebido pela gestora do contrato, através do ateste da nota fiscal emitida pela contratada.	

8.2. Obrigações da Contratada

1.A Contratada se compromete a dar plena e fiel execução à presente contratação e se obriga a:

a) a apresentar nos prazos determinados, os documentos técnicos integrantes deste objeto;

b) apresentar ao gestor do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início dos serviços, a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo CREA, ou documento emitido pelo Conselho competente do qual o profissional com atribuição para execução deste objeto faça parte, para cada projeto e documento elaborado, incluindo a planilha orçamentária;

c) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas próprias expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;

d) observar especialmente as condições de execução dos serviços, indicadas neste documento técnico;

e) manter o TRT devidamente informado do andamento do desenvolvimento do projeto, comunicando eventuais dificuldades e ou problemas para que eles sejam sanados no menor espaço de tempo possível;

f) comunicar ao gestor do contrato, por escrito, eventual alteração do responsável técnico pelo projeto e, na sua ocorrência, enviar junto da comunicação a comprovação de registro no Conselho competente perante o qual o novo responsável técnico seja vinculado, além dos documentos comprobatórios de atendimento ao item Qualificação Técnica do Edital;

g) comunicar ao TRT, por escrito, no prazo de até 30 (trinta) dias, quaisquer alterações havidas no contrato social da empresa durante a vigência deste contrato, encaminhando, junto da comunicação, cópia do documento de formalização da respectiva alteração;

h) não ceder ou transferir este contrato a terceiros, salvo nas hipóteses de transformação empresarial a que se refere a cláusula dezessete desde que previamente autorizada por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;

i) entregar, no início da contratação, declaração concordando, a partir daquele momento, permitir que os projetos, após concluídos, possam ser alterados por outros profissionais, conforme a conveniência deste Tribunal;

9. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

Gestor do Contrato:	Flavio Roberto O Cabral
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Maria Aparecida G D Leoncini

9.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

Conforme item 1.2.

9.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

O gestor do contrato encaminhará à Contratada autorização formal para início da execução dos serviços contratados.

9.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Não se aplica

9.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Coordenadoria de Manutenção
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	Coordenadoria de Manutenção
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	Coordenadoria de Manutenção
<input type="checkbox"/>	Outra		

9.6 Forma de recebimento provisório e definitivo

O objeto desta contratação, executado em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, será recebido nas seguintes formas:

- Provisoriamente, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, pelo gestor deste contrato, em até 03 (três) dias úteis após a conclusão dos serviços e aprovação pela equipe técnica do Tribunal, após a apresentação da nota fiscal/fatura; e
- Definitivamente, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/1993, pela Comissão de Exame de Obras e Serviços do TRT, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório.

9.7 Forma de pagamento

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

9.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento

Indicador 1	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
Indicador 2	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
Indicador 3	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

<p>9.9 Sanções</p> <p>1. O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total dos serviços entregues com atraso:</p> <p>a) até o 7º dia de atraso: multa única de 4% (quatro por cento);</p> <p>b) a partir do 8 dia de atraso: multa diária de 0,3% (três décimos por cento).</p> <p>2. A Contratada poderá ser penalizada com aplicação de multa de até 10% sobre o valor total do contrato, mesmo durante a execução dos serviços, nos seguintes casos:</p> <p>a) falhas graves de quantitativos ou omissões de serviços na planilha de orçamento;</p> <p>b) ausência de detalhamentos e/ou ausência de detalhamentos que impliquem acréscimo de quantitativos e/ou serviços na planilha de orçamento;</p> <p>c) falhas graves que possam comprometer o processo licitatório;</p> <p>3. Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita;</p> <p>4. O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa de 2% (dois por cento), calculado sobre o valor total deste contrato, por evento;</p> <p>5. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.</p> <p>6. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.</p> <p>7. A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/1993, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.</p> <p>8. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.</p>

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA					
O julgamento se dará pela proposta por preço global, em R\$, mas as empresas deverão apresentar custos individualizados por grupo de projeto/documento a serem executados					
1. Relatório da Situação Atual e Anteprojeto					
2. Projeto Executivo Completo					
3. Memorial Descritivo e Cronograma					
4. Planilha Orçamentária					

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO CONTRATOS
--

Data:	26/03/2020
Número do PROAD aberto	7645/2020
Área Demandante:	Coordenadoria de Manutenção e Coordenadoria de Projetos e obras
Área Requisitante:	Seção de Máquinas e Hidráulica

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses	
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular	
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Outra justificativa:	Tendo em vista orçamento disponibilizado para esses serviços no exercício de 2020.

CONTRATAÇÃO É URGENTE

Catálogo (CATMAT/CATSER)
Item: 477 (GRUPO: Serviços de consultoria e de gerência, gestão. Descrição: Ar condicionado - estudos e projetos de sistema).

1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)
É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?
Não
Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.
1.1 Fundamentação para a opção por SRP:
Não se aplica
1.2 Histórico de consumo:
Não se aplica
1.3 Estimativa de consumo:
Não se aplica
1.4 Quantidade para Consumo Imediato:
Não se aplica
1.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:
Não se aplica
1.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:
Não se aplica
1.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?
Não se aplica

2. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?	
Sim	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	ABNT NBR 16401-2008; Portaria n 3.523 de 28/08/1998 do Ministério da Saúde, complementada pela Resolução n 9 de 16/01/2003 da ANVISA, que regulamenta os padrões a serem obedecidos para garantir a qualidade do ar em ambientes fechados.

3. OBJETO

3.1 Descrição Detalhada do Objeto

1. DO OBJETO DETALHADO:

1.1. Prestação de serviços de engenharia consultiva de elaboração de projeto de modernização do sistema de ar condicionado para o 1º pavimento e 2º pavimento do Edifício Sede Judicial do TRT da 15ª Região. O projeto final contempla a modernização da central de água gelada para atender a refrigeração dos dois pavimentos (1º e 2º). O sistema de condicionamento de ar a ser projetado terá como objetivo proporcionar condições controladas de temperatura, umidade, renovação e qualidade do ar, adequadas ao perfeito funcionamento dos ambientes a serem climatizados. O projeto será desenvolvido de forma a obter uma solução moderna, devidamente integrada com os elementos arquitetônicos, que leve em consideração os custos de implantação e os custos energéticos operacionais.

1.2. A empresa contratada será responsável pelo desenvolvimento dos seguintes documentos técnicos, além de outros que entender pertinente:

- 1.2.1. Relatório da Situação Atual e Ante Projeto;
- 1.2.2. Projeto Executivo Completo;
- 1.2.3. Memorial Descritivo completo e cronograma para implantação da solução proposta;
- 1.2.4. Planilha Orçamentária.

1.3. A contratação se dará pela forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global.

2. PREMISSAS PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO:

- 2.1. O profissional legalmente habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) indicando todos os documentos elaborados, quais sejam: projeto executivo completo, memorial descritivo, orçamento sintético e analítico;
- 2.2. A empresa Contratada deverá, antes do início da elaboração dos documentos contratados, promover uma reunião com a equipe técnica do Tribunal para que se oriente sobre as particularidades do projeto bem como sejam apresentados os locais para os quais será desenvolvido o projeto;
- 2.3. Durante o desenvolvimento dos serviços e sempre que julgar necessário, a Contratada poderá solicitar outras reuniões com a equipe técnica do Tribunal;
- 2.4. Sem prejuízo das determinações tomadas em reunião, o Tribunal poderá solicitar por email ou contato telefônico informações e/ou alterações do projeto. Da mesma forma, a Contratada poderá dirimir dúvidas junto à Coordenadoria de Manutenção, também por e-mail ou contato telefônico;
- 2.5. O projeto executivo deverá ser encaminhado para análise e aprovação pelo(s) fiscal(is) técnico(s) ou gestor do contrato antes da finalização do mesmo e antes da finalização da planilha orçamentária, ainda, com prazo suficiente para análise pelo Tribunal e posterior desenvolvimento de todos os demais documentos decorrentes do projeto, considerando o prazo total para entrega;
- 2.6. Durante a execução da obra de implantação do projeto executivo da presente contratação, as alterações e correções decorrentes de falhas ou omissões de projeto serão sempre exigidas do responsável técnico. Se houver recusa ou omissão do responsável técnico em proceder as correções necessárias, este Tribunal poderá vir a contratar um terceiro profissional para sanar falhas ou omissões de projeto elaborado pela Contratada, devendo ser cobrado desta os custos decorrentes da nova contratação.
- 2.7. O autor do projeto concorda que, havendo interesse da Administração, outros profissionais efetuem alterações nos projetos apresentados e dados como concluídos pela Contratada, mesmo antes da execução. As alterações aqui referidas deverão ser ao menos de uma das seguintes naturezas: acréscimo ou supressão de elementos; aumento ou diminuição de capacidade de instalações ou estrutura; mudança de tecnologia utilizada; acréscimo de funções ou usos das instalações; alteração de demanda ou necessidade deste Tribunal; dentre outras.
- 2.8. Eventuais problemas verificados nos projetos durante a execução dos serviços necessários para implantação da solução proposta no projeto elaborado, bem como eventuais dúvidas serão apresentadas à Contratada responsável pelo projeto objeto da presente contratação, que se compromete a fornecer as informações necessárias ou a corrigir o projeto, conforme necessário, sem incorrer à novos custos para o Tribunal;
- 2.9. Todos os documentos apresentados pela Contratada deverão conter: identificação completo do autor do projeto contendo razão social, número de inscrição no CNPJ ou CPF, endereço e telefone para contato, nome, título profissional e número de registro no CREA (ou outro Conselho) do responsável técnico pelo projeto. Os documentos serão entregues em meio digital gravados em CD ou DVD e em duas vias impressas, contendo também a assinatura do responsável técnico pelo projeto, em todas as pranchas de desenho e na última página de cada documento escrito impresso, além de rubrica em todas as páginas; identificação do prédio do Tribunal com endereço completo; numeração de página ou prancha em todas as folhas; quantidade total de páginas ou pranchas em todas as folhas; quando se tratar de pranchas de desenho.
- 2.10. Os arquivos digitais contendo desenhos deverão ser entregues em formato *.dwg, AutoCad mínimo 2014, editável. Os desenhos deverão utilizar como unidade o metro. Deverão ser entregues também os arquivos de configuração de penas utilizado para a correta impressão dos desenhos; 1.4.2. Os arquivos digitais contendo documentos escritos deverão ser entregue no formato *.doc Microsoft Word, ou, no caso de planilhas de cálculo, em formato *.xls Microsoft Excel, todos documentos editáveis.

3. DO DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO CONTRATADO:

3.1. DO RELATÓRIO DA SITUAÇÃO ATUAL E DO ANTE PROJETO:

3.1.1. A Contratada deverá apresentar o Relatório da Situação Atual, após vistoria e levantamento das instalações existentes, descrevendo o sistema instalado atualmente no prédio, seus componentes e detalhando o estado de conservação e funcionamento do mesmo. Posteriormente, deverá apresentar as soluções indicadas para obtenção da melhor eficiência no sistema de refrigeração do 1º pavimento e 2º pavimento do Edifício Sede Judicial do TRT da 15ª Região. Para tal deverá definir a pertinência de utilização da CAG existente ou indicar a sua substituição.

3.1.2. O ante projeto deverá conter no mínimo:

- a) Relatório da Situação Atual do sistema instalado;
- b) Descrição das soluções propostas, apresentando croquis, equipamentos componentes, demanda energética, logística envolvida para manutenção/substituição do sistema existente e custo aproximado para implantação dos sistemas, de modo a amparar a decisão sobre a escolha da solução técnica mais adequada e indicação inicial das etapas para execução do projeto a ser desenvolvido;
- c) Análise do peso dos equipamentos frente à capacidade de carga das lajes do prédio, visto que, o Tribunal deverá contratar o engenheiro responsável pelo cálculo estrutural do prédio para verificar a possibilidade de instalação de novos equipamentos;
- d) Croqui indicando o posicionamento dos novos equipamentos e eventuais intervenções civis necessárias.

3.2. DO PROJETO EXECUTIVO:

3.2.1. A Contratada deverá executar o projeto executivo completo, que se define com o conjunto de todos os elementos gráficos necessários e suficientes, complementados por textos técnicos que definem a solução técnica a ser adotada;

3.2.2. O projeto executivo deverá conter, no mínimo:

- a) Todos os elementos gráficos necessários para detalhar o sistema a ser implementado; representado em plantas baixas, cortes; detalhamento dos componentes do sistema, indicando posicionamento e dimensões dos mesmos; aspectos construtivos relevantes; dentre outros detalhes pertinentes;
- b) Lançamento de linhas de refrigeração, posicionamento de unidades evaporadoras, renovação mecânica do ar, método de controle e operação do sistema;
- c) Apresentação de catálogos técnicos dos equipamentos propostos;
- d) Detalhamento de eventuais interferências entre os equipamentos e as instalações do prédio, bem como eventuais alterações civis necessárias;
- e) Detalhamento de todos os pontos de energia elétrica com indicação das demandas dos equipamentos, detalhamento dos pontos de abastecimento de água, se necessário;

3.3. DO MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA

3.3.1. A Contratada deverá elaborar Memorial Descritivo completo e Cronograma para implantação da proposta indicada. O documento deverá conter todas as informações necessárias e suficientes para a apresentação do Projeto Executivo desenvolvido, contendo no mínimo:

- a) Memória de cálculo de carga térmica e bases de cálculo;
- b) Premissas e limitações que nortearam a escolha da solução proposta;
- c) Procedimentos de comissionamento;
- d) Descrição detalhada do sistema a ser instalado, detalhando equipamentos e demais componentes; todos os materiais envolvidos e montagens;
- e) Descrição detalhada de eventuais interferências com as instalações atuais do prédio e detalhamento de eventuais intervenções civis;
- f) Descrição da logística a ser implementada para execução da solução técnica proposta, detalhando e prevendo transporte externo e interno para equipamentos e componentes;
- g) Descrição dos encargos e responsabilidade da empresa a ser contratada pelo Tribunal para execução do projeto desenvolvido pela Contratada;
- h) Definição das etapas para implementação da solução indicada, indicadas em Cronograma de barras.

3.4. DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA E ANALÍTICA

3.4.1. A Contratada deverá elaborar planilha orçamentária detalhando os custos de todos os serviços e materiais a serem empregados para implantação da solução apresentada, além de apresentar as composições de custos para os itens da planilha orçamentária, além do cálculo do BDI;

3.4.2. O custo dos materiais e serviços será obtido a partir de custos unitários iguais ou menores que a mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado na internet pela Caixa Econômica Federal;

3.4.3. O responsável técnico pela planilha orçamentária deverá apresentar declaração expressa quanto à compatibilidade dos quantitativos e custos da planilha com os quantitativos do projeto e do SINAPI;

3.4.4. Não havendo o serviço cotado no sistema SINAPI, a empresa poderá utilizar outros sistemas, de preferência de órgãos públicos da esfera federal. Na falta destes poderão ser utilizados sistemas utilizados no mercado como o CPOS (Companhia Paulista de Obras e Serviços), FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação, do Estado de São Paulo), PINI, entre outros. Ainda na falta de qualquer tipo de sistema de coleta de preços a empresa contratada deverá efetuar cotação no mercado para o item (três cotações) e com o item cotado, elaborar a composição do serviço, utilizando as composições de serviços do SINAPI para serviços similares. Indicar no final da planilha todas as fontes de pesquisa de preços de todos os materiais cotados no mercado;

3.4.5. A planilha deverá apresentar no mínimo as seguintes colunas: número de ordem do item, código SINAPI, outras fontes, descrição do item (serviço), unidade, quantidade, preço unitário do item (serviço), preço total do item (serviço). Ao final da planilha, deverão ser apresentados o subtotal para os serviços, parcela de BDI (percentual e valores em reais) e total da implantação do projeto elaborado;

3.4.6. Deverá ser efetuada uma planilha analítica, contendo todas as composições de custo dos serviços constantes da planilha orçamentária sintética (detalhada acima);

3.4.7. Deverá ser apresentada a composição do BDI - Bonificação e Despesas Indiretas aplicada na planilha. A taxa de BDI aplicada sobre o custo direto total da obra contemplará basicamente os itens: a) taxa de rateio da administração central; b) taxa das despesas indiretas; c) taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; d) taxa de tributos (Cofins, PIS e ISS) – a empresa deve consultar o valor da alíquota do BDI no município em questão; e) margem ou lucro;

3.4.8. Deverá ser apresentada a composição das parcelas das Leis Sociais aplicadas nas composições de custos da planilha orçamentária.

4. DAS PROPOSTAS

4.1. Os licitantes deverão apresentar sua proposta indicando os valores unitários de cada um dos projetos aqui descritos, totalizando no final;

4.2. Eventuais dúvidas ou discordâncias referentes ao presente Termo de Referência deverão ser remetidas à Comissão Permanente de Licitações deste Tribunal;

4.3. Os esclarecimentos deverão ser feitos antes da apresentação da proposta, não se admitindo durante a execução do contrato que o vencedor alegue desconhecimento ou dificuldade de compreensão sobre algum serviço especificado, orçado ou desenhado;

4.4. O preço total deverá englobar todos os custos da contratada, como gastos com vistorias, impressão de documentos, cópias, etc, sendo que o TRT não arcará com nenhum custo extra.

4. EXECUÇÃO DO CONTRATO**4.1 Local e horário da prestação dos serviços**

Não se aplica

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Outros:			

4.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

Conforme item 1.2.

4.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

O gestor do contrato encaminhará à Contratada autorização formal para início da execução dos serviços contratados.

4.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Coordenadoria de Manutenção
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	Coordenadoria de Manutenção
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	Coordenadoria de Manutenção
<input type="checkbox"/>	Outra		

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**5.1. SUSTENTABILIDADE [38]**

Há critérios de sustentabilidade a serem observados?

Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:

Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:

grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
1	1	5.3.4. Nos Projetos de Climatização	a) Uso de equipamentos de climatização mecânica ou de novas tecnologias de resfriamento do ar que permitam a automação do sistema, de forma a possibilitar a setorização adequada dos ambientes climatizados. b) Instalação de aparelhos condicionadores de ar adquiridos em conformidade com os critérios constantes no item 5.1.4 (Máquinas e Aparelhos Consumidores de Energia).

Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:

Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 2ª edição do CSJT:

www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-6fcf316c9e8e&groupId=955023

5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1.A Contratada se compromete a dar plena e fiel execução à presente contratação e se obriga a:

a) a apresentar nos prazos determinados, os documentos técnicos integrantes deste objeto;

b) apresentar ao gestor do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início dos serviços, a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo CREA, ou documento emitido pelo Conselho competente do qual o profissional com atribuição para execução deste objeto faça parte, para cada projeto e documento elaborado, incluindo a planilha orçamentária;

c) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas próprias expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;

d) observar especialmente as condições de execução dos serviços, indicadas neste documento técnico;

e) manter o TRT devidamente informado do andamento do desenvolvimento do projeto, comunicando eventuais dificuldades e ou problemas para que eles sejam sanados no menor espaço de tempo possível;

f) comunicar ao gestor do contrato, por escrito, eventual alteração do responsável técnico pelo projeto e, na sua ocorrência, enviar junto da comunicação a comprovação de registro no Conselho competente perante o qual o novo responsável técnico seja vinculado, além dos documentos comprobatórios de atendimento ao item Qualificação Técnica do Edital;

g) comunicar ao TRT, por escrito, no prazo de até 30 (trinta) dias, quaisquer alterações havidas no contrato social da empresa durante a vigência deste contrato, encaminhando, junto da comunicação, cópia do documento de formalização da respectiva alteração;

h) não ceder ou transferir este contrato a terceiros, salvo nas hipóteses de transformação empresarial a que se refere a cláusula dezessete desde que previamente autorizada por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;

i) entregar, no início da contratação, declaração concordando, a partir daquele momento, permitir que os projetos, após concluídos, possam ser alterados por outros profissionais, conforme a conveniência deste Tribunal;

6. GARANTIA DO OBJETO E DO CONTRATO

6.1 Garantia do objeto

Especificar o objeto e a qual grupo se refere:

Não se aplica

Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.

6.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

3%

Justificativa **Para cumprimento das obrigações contratuais.**

6.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Não se aplica

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (TRT)

O TRT se compromete a dar plena e fiel execução ao contrato a ser firmado, respeitando as condições estabelecidas e se obriga a:

1. proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do contrato, inclusive comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, eventual mudança de endereço para a entrega de correspondências;
2. permitir livre acesso dos profissionais a serviço da CONTRATADA às instalações do edifício sede Judicial do TRT;
3. efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento do objeto contratado recebido pela gestora do contrato, através do ateste da nota fiscal emitida pela contratada.

8. VALOR

8.1 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)

O julgamento se dará pela proposta por preço global, em R\$, mas as empresas deverão apresentar custos individualizados por grupo de projeto/documento a serem executados

1. Relatório da Situação Atual e Anteprojeto					
2. Projeto Executivo Completo					
3. Memorial Descritivo e Cronograma					
4. Planilha Orçamentária					

9. EQUIPE DE GESTÃO [39]

Gestor do Contrato:	Flavio Roberto O Cabral
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Maria Aparecida G D Leoncini
Fiscal Técnico do Contrato:	Leandro Amado de Moura / José Henrique Lopes
Fiscal Administrativo	André Luis Tomadão (titular) e Carlos Rodrigues da Silva (suplente)

10. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Indicador 1	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
Indicador 2	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
Indicador 3	

Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

11. FATURAMENTO

Gestor do Contrato:	Flavio Roberto O Cabral
---------------------	-------------------------

12. FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

O objeto desta contratação, executado em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, será recebido nas seguintes formas:
1. Provisoriamente, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, pelo gestor deste contrato, em até 03 (três) dias úteis após a conclusão dos serviços e aprovação pela equipe técnica do Tribunal, após a apresentação da nota fiscal/fatura; e
2. Definitivamente, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/1993, pela Comissão de Exame de Obras e Serviços do TRT, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório.

13. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA

Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)
Outro O prazo para conclusão dos projetos será de 55 (cinquenta e cinco) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato, acrescidos de cinco dias úteis, improrrogáveis, para correções eventualmente necessárias após a entrega final do projeto completo. Indicamos vigência contratual de 150 dias.

14.1 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual

<input checked="" type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível
Outra opção:	

14.2 Ações de transição contratual e de encerramento contratual [40]

Recebimento e aprovação do projeto de modernização, ateste da execução do serviço.	
É necessário sobreposição contratual?	
Não	
14.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação	
Sim	
14.2.2. Devolução de recursos materiais	
Não	

15. SANÇÕES

1. O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total dos serviços entregues com atraso: a) até o 7º dia de atraso: multa única de 4% (quatro por cento); b) a partir do 8 dia de atraso: multa diária de 0,3% (três décimos por cento). 2. A Contratada poderá ser penalizada com aplicação de multa de até 10% sobre o valor total do contrato, mesmo durante a execução dos serviços, nos seguintes casos: a) falhas graves de quantitativos ou omissões de serviços na planilha de orçamento; b) ausência de detalhamentos e/ou ausência de detalhamentos que impliquem acréscimo de quantitativos e/ou serviços na planilha de orçamento; c) falhas graves que possam comprometer o processo licitatório; 3. Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita; 4. O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa de 2% (dois por cento), calculado sobre o valor total deste contrato, por evento; 5. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro. 6. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT. 7. A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/1993, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993. 8. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.

[1] Data de elaboração do DOD

[2] Para melhor compreensão da distinção entre áreas demandante e requisitante, citamos exemplo de segurança armada, no qual o requisitante pode ser uma VT ou FT, porém o demandante será a Assessoria de Segurança e Transporte responsável por compilar toda a demanda, oriunda da(s) área(s) requisitante(s) e elaborar a requisição, acompanhar-la e sanar todas as dúvidas concernentes ao objeto

[3] Formalmente designada pela autoridade responsável pela contratação, envolvida no planejamento, com atribuição de auxílio à Área Demandante, composta por.

[4] É o servidor da área demandante, indicado pelo gestor da respectiva Unidade, responsável pelos aspectos funcionais do bem/serviço a ser contratado e por conduzir os trabalhos da equipe de planejamento, inclusive os Estudos Preliminares e a elaboração do Termo de Referência.

[5] É o servidor representante da área técnica responsável por auxiliar e assessorar o Demandante, caso este ou a comissão julguem necessário. Indicado pelo gestor da respectiva Unidade Técnica.

[6] Caso já exista um contrato, a data deverá ser após término do contrato anterior.

[7] Descrição sucinta, apenas para identificar o objeto e facilitar e padronizar a comunicação entre as diversas áreas que serão envolvidas em todo o processo de contratação.

[8] Caso a descrição seja muito extensa, mencionar que a descrição será por meio do Anexo "XXX".

[9] Deve-se especificar o objeto de forma clara, precisa e suficiente, sem especificações excessivas ou desnecessárias que resultem em direcionamento ou restrição da competitividade.

[10] Caso a descrição seja muito extensa, mencionar que a descrição será por meio do Anexo "XXX".

[11] Caso a descrição seja muito extensa, mencionar que a descrição será por meio do Anexo "XXX".

[12] Deve contemplar levantamento das soluções existentes no mercado e suas análises comparativa(s), inclusive de custos. CASO NÃO EXISTAM OUTRAS SOLUÇÕES JUSTIFICAR.

[13] Deve contemplar descrição com fundamentação, evidenciando a vantajosidade da solução eleita e necessidade da contratação (por que precisa dos serviços?)

[14] Informar qual é a relação da demanda com as estratégias do TRT15. Pode ser utilizada uma estratégia do Judiciário, mas deve haver alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) ou de outro órgão (CNJ, TST, CSJT)

[15] Demonstrativo de resultados e objetivos a serem alcançados com a contratação, economicidade, viabilidade, padronização, eficiência, etc

[16] São necessárias adequações como mobiliário, infraestrutura tecnológica e elétrica, espaço físico? Indicar caso haja uma relação de dependência, na qual a execução de um serviço é pré-requisito para outro, seja da mesma área requisitante ou não.

[17] Apenas para contratações COM CONTRATO

[18] Caso qualquer desses itens sejam selecionados, haverá a necessidade de confecção de CONTRATO.

[19] Entrega de versões finais, senhas, transferência de conhecimentos, devolução de recursos materiais

[20] Os serviços são de caráter contínuo quando sua interrupção poderá comprometer a continuidade dos serviços prestados pelo Tribunal.

[21] O agrupamento de itens em lote único deve ser justificado. Exemplo, necessário que serviços para congresso

sejam consignados no mesmo lote pois um interdepende do outro. Além disso, seria inviável a contratação de inúmeras empresas diferentes para cada serviço necessário para o Congresso. Analisar o agrupamento de itens em lotes separados ou aglutinados. Caso sejam aglutinados, deve constar justificativa como economicidade, etc

[22] O conceito de 'comum' não está ligado a sua complexidade, mas sim ao domínio do mercado sobre o objeto licitado. Caso possa ser definido por meio de especificações usuais de mercado, apresente características padronizadas e se encontre disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio, pode ser classificado como serviço comum.

[23] Equipe formalmente designada, composta pelo Gestor do Contrato, responsável por gerir a execução contratual e, sempre que possível e necessário, pelos Fiscais Demandante, Técnico e Administrativo, aos quais cabem a fiscalização da execução contratual, consoante as seguintes atribuições.

[24] Servidor, da área demandante, com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, indicado formalmente pela autoridade responsável pela contratação.

[25] Servidor representante da Área Demandante, para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos funcionais da contratação.

[26] Quando aplicável, servidor representante da área técnica afim à contratação, para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da contratação.

[27] Servidor representante da Área Administrativa, responsável pela fiscalização do contrato quanto aos aspectos administrativos da execução.

[28] Atribuição do demandante. A previsão de custos é anterior à pesquisa de mercado a ser efetivada pela área competente do Tribunal.

No caso específico de obras e serviços de engenharia, manutenções civis, hidráulicas, elétricas, projetos e outros objetos essencialmente de cunho técnico, deverão ser apresentadas planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários, ou fazer constar justificativa para a não apresentação de tais planilhas.

(A título de exemplo, os valores poderão ser obtidos por meio de resultado de outras licitações de outros órgãos, consulta a processos anteriores devidamente corrigidos, ou, ainda, consulta a fornecedores).

[29] Este campo estabelece procedimentos para minimizar impacto ambiental tais como uso de material reciclado, separação de material para reciclagem, evitar o desperdício de água, economia de energia, logística reversa, descarte adequado de resíduos, etc

[30] Lei 8.666/93 :

Art. 56 § 2o A garantia a que se refere o caput deste artigo não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3o deste artigo.

[31] Servidor, da área demandante, com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, indicado formalmente pela autoridade responsável pela contratação.

[32] Servidor representante da Área Demandante, para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos operacionais da contratação.

[33] Identificação e causa dos principais riscos que possam vir a comprometer o sucesso da contratação ou que emergirão caso a contratação não seja realizada.

[34] Mensuração das probabilidades de ocorrência e dos danos potenciais relacionados a cada risco identificado

[35] Ações previstas para reduzir ou eliminar as chances de ocorrência dos eventos relacionados a cada risco (Tratamento dos riscos)

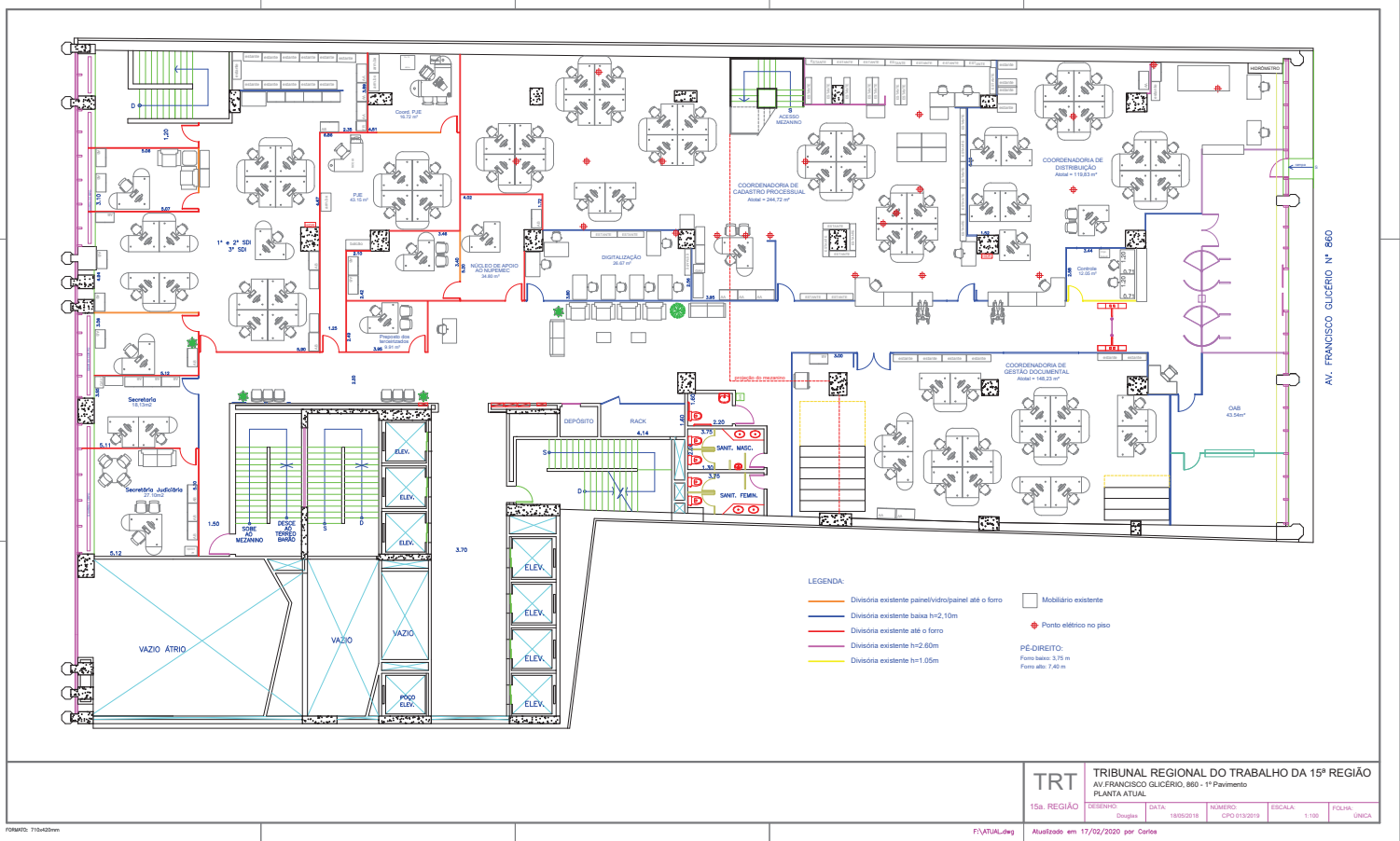
[36] Responsáveis pelas ações de prevenção dos riscos e dos procedimentos de contingência.

[37] Ações de contingência a serem tomadas caso os eventos correspondentes aos riscos se concretizem

[38] Este campo estabelece procedimentos para minimizar impacto ambiental tais como uso de material reciclado, separação de material para reciclagem, evitar o desperdício de água, economia de energia, logística reversa, descarte adequado de resíduos, etc

[39] Equipe formalmente designada, composta pelo Gestor do Contrato, responsável por gerir a execução contratual e, sempre que possível e necessário, pelos Fiscais Demandante, Técnico e Administrativo, aos quais cabem a fiscalização da execução contratual, consoante as seguintes atribuições.

[40] Entrega de versões finais, senhas, transferência de conhecimentos, devolução de recursos materiais





TRT

15a. REGIÃO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RUA BARÃO DE JAGUARA, 901 - 2º Andar - Mezanino

DESENHO: Flávio DATA: 02/05/2019 NÚMERO: CPO 038/2019 ESCALA: 1:100 FOLHA: ÚNICA

FOTOS DO SISTEMA INSTALADO ATUALMENTE













